

O AUTORITARISMO ANUNCIADO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO

THE ANNOUNCED AUTHORITARISM: AN ANALYSIS
OF THE SPEECH BY PRESIDENT JAIR BOLSONARO

Alessandra Brustolin¹

Data de Submissão: 22/08/2021

Data de Aceite: 14/11/2021

Resumo: Em que pese a democracia representativa seja o regime político atualmente adotado no Brasil, diante do cenário político e social existente, objetiva-se verificar se no discurso do representante eleito existem elementos de outros regimes políticos autoritários e a sua relação com a democracia. O estudo apresenta os resultados da análise de um discurso do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro proferido na celebração de 108 anos da Assembleia de Deus no Brasil, na cidade de Belém, estado do Pará, no dia 13 de junho de 2019 e publicado no Canal Oficial de Jair Bolsonaro no YouTube em 14 de junho de 2019. O método utilizado foi a análise de discurso de Bardin e Orlandi, como referencial teórico central. Foram criadas três categorias – que correspondem aos regimes autoritários analisados –, divididas em três subcategorias cada. Concluiu-se pela forte incidência de elementos alusivos à regimes autoritários no discurso, sendo estes em sua maioria relacionados ao fascismo.

Palavras-chave: Análise de discurso; Democracia; Regimes autoritários; Fascismo.

Abstract: Although representative democracy is the political regime considered adopted in Brazil, presented from the existing political

1 Mestra em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Professora do curso de Direito do Centro Universitário Univel. Advogada.

and social scenario, the objective is to verify whether in the speech of the elected representative there are elements of other authoritarian political regimes and their relationship with democracy. The study presents the results of the analysis of a speech given by the President of the Republic, Jair Messias Bolsonaro, at the celebration of 108 years of the Assembly of God in Brazil, in the city of Belém, state of Pará, on June 13, 2019 and published on Canal Oficial by Jair Bolsonaro on YouTube on June 14, 2019. The method used was the discourse analysis of Bardin and Orlandi, as a central theoretical framework. There are three categories - which correspond to the permitted authoritarian regimes -, divided into three subcategories each. It was concluded by the strong incidence of elements alluding to authoritarian regimes in the speech, these being mostly related to fascism.

Keywords: Content analysis; Democracy; Authoritarian regimes; Fascism.

INTRODUÇÃO

No Brasil, tem-se como regime de governo a democracia representativa. A experiência democrática, da forma como se encontra consolidada, é bastante recente. Todavia, o cenário político do país tem gerado uma gama de questionamentos e uma situação de insegurança, sobretudo no que sucede o ano de 2013, que se intensificou com a polarização na penúltima eleição nos Estados Unidos. Essa tensão se tornou uma tendência mundial e também atingiu o Brasil exponencialmente a partir da última eleição presidencial. Fala-se em “crise da democracia representativa” ou “enfraquecimento da democracia” em razão da verificação de elementos provenientes de governos autoritários.

O discurso político tem espaços clássicos de enunciação. Os recentes acontecimentos no cenário político e social não são objeto de surpresa, mas um processo já anunciado. Por meio deste artigo pretende-se analisar o conteúdo do discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro, proferido na celebração de 108 anos da Assembleia de Deus no Brasil, na cidade de Belém, estado do Pará, no dia 13 de junho de 2019, publicado no Canal Oficial de Jair Bolsonaro no YouTube em 14 de junho de 2019. Tem-se como finalidade averiguar se no discurso do representante eleito, existiam elementos de outros regimes políticos autoritários e a sua relação com a democracia.

Para tanto, foram criadas categorias e subcategorias. Três grandes categorias correspondem aos regimes analisados: 1. Fascismo; 2. Nazismo e 3. Ditadura; cada categoria foi dividida em três subcategorias: 1.1 Nacionalismo; 1.2 Uso da religião como forma de manipulação; e 1.3 Obsessão com a segurança nacional. 2.1 Preservação dos valores ideológicos tradicionais do país; 2.2 Deslegitimação das pautas das minorias; e 2.3 Apego à uma única noção de família. 3.1 Militarismo; 3.2 Censura; e 3.3 Centralização do poder. O objetivo é verificar se no discurso do representante eleito existem elementos de regimes políticos autoritários. Coletados os dados e realizada a análise por meio da metodologia que será adiante justificada far-se-á uma análise dos resultados a luz das recentes teorias democráticas.

1 METODOLOGIA EMPREGADA

Para a realização da pesquisa há o emprego de análise qualitativa com base no método de análise de discurso. A metodologia utilizada tem como princípios elementos da Linguística, da Psicanálise e das Ciências Sociais, tendo um enfoque nos discursos produzidos. Para Navarro e Díaz (1999), o foco das análises textuais consiste no estudo das mensagens, a linguagem, do discurso, ainda que o seu “corpus” não seja necessariamente verbal. Também pode referir-se a outras representações simbólicas. A Análise de Discurso (AD) “[...] tem por objetivo a destruição da Análise de Conteúdo” (BARDIN, 1977, p. 213), a visando sua substituição; por conseguinte pode-se supor que a AD procura preencher a mesma função através de meios diferentes”. Orlandi (2003), por sua vez, afirma que há muitas formas de se estudar a linguagem, sendo uma delas, a língua enquanto sistema de signos. Justamente pensando sobre essas diversas maneiras de significar é que surge a análise de discurso que se trata da língua ou da gramática, embora isso também lhe interesse. “Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento.” (ORLANDI, 2003, p. 15). A concretização do estudo se deu com base nos passos seguintes: escolha de um discurso proferido pelo Presidente da República; Desconstrução desse discurso em frases; criação de categorias e subcategorias; classificação das frases em tabela; criação de gráficos e análise teórica dos resultados.

2 RESULTADOS

As diversas formas de Estado e de Governo são há muitos anos discutidas. Parece até mesmo um debate sem rumo certo, visto que a sociedade está em constante transformação, evoluindo e também regredindo. A democracia é um sistema político que ocupa lugar de destaque neste âmbito, pois ao longo dos séculos vem sendo discutida, debatida, apoiada, atacada, ignorada, estabelecida, praticada, destruída e depois às vezes restabelecida (DAHL, 2001).

Nos termos da Enciclopédia Larousse Cultural, a palavra “democracia” (*demokrateia*) tem origem na Grécia Antiga e trata-se de uma experiência filosófica e política fundada na soberania popular, na liberdade eleitoral, na divisão de poderes e no controle da autoridade, que possibilitou o avanço na construção do sistema democrático ateniense. Apesar da definição textual, o debate teórico é controvertido, não havendo uma definição universal e fechada, mas definições de *democracia* (BOBBIO, 1986; DAHL, 2001; SANTOS, 2002; SADER, 2002), o que, por si só, já denota os seus dilemas e dificuldades.

Com a Revolução Francesa, em 1789, a democracia foi globalmente atrelada aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. A democracia (assim como a política) está atrelada à liberdade e igualdade (DWORKIN, 2003). É um processo de escolha, onde cada indivíduo tem assegurado seu direito de liberdade (SALGADO, 2014).

Ao longo da história a democracia passou por condições favoráveis e desfavoráveis. por diversos lugares e momentos, sendo que em alguns deles ficou esquecida. Pressupõe-se que a democracia possa ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que existirem condições adequadas para tanto.

O Brasil teve a sua história marcada majoritariamente por regimes autoritários, sendo o Estado Democrático de Direito brasileiro recentemente consolidado. Desde o processo de democratização em 1984 – quando foi consolidada a nova Constituição e a República presidencialista – se apoiava uma tendência para o desenvolvimento de um governo democrático.

Não obstante, a Constituinte de 88 (muitas vezes referida como um processo democrático e de participação cidadã), na verdade representa um período pós autoritarismo que mais levou o país a uma “situação democrática”, do que a um regime democrático consolidado (RAEFRAY, 2005, p. 259). Porque não enfrentou propriamente as problemáticas que envolviam a desigualdade de oportunidade e aqueles relacionados à ausência de confiança nas instituições.

Nóbrega Jr. (2010) afirma que “no Brasil a democracia ainda não se consolidou” e que, na verdade, o país vive uma “*semidemocracia*” (MAINWARING et al., 2001) “um regime político que se caracteriza pelo seu hibridismo institucional, ora apresentando características avan-

çadas da democracia (política), ora apresentando características visivelmente autoritárias” (NÓBREGA JR, 2010, p. 1).

Ainda que não se tenha um consenso sobre o estabelecimento de uma democracia plena e mesmo diante das fundamentáveis críticas quanto à sua efetivação (NUNES, 1991, p. 101), o texto Constitucional de 88 a estabeleceu o regime democrático no Brasil. E a recente democracia brasileira tem como maior fundamento constitucional e característica a liberdade. O artigo 1º da Constituição da República aponta o expresse o compromisso democrático com a igualdade e liberdade (BRASIL, 1988).

Mesmo com a instituição de um regime democrático, fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e umbilicalmente ligada ao reconhecimento e efetivação dos direitos fundamentais – eis que já ultrapassadas (em tese) as barreiras que obstavam o seu reconhecimento – parece haver um consenso de que a democracia brasileira ainda possui raízes autoritárias. Algumas raízes do autoritarismo no Brasil têm aflorado diante do tempo presente (SCHWARCZ, 2019).

No Brasil, a partir dos acontecimentos que sucederam o ano de 2013, há certo desconforto e uma sensação de que no sistema político algumas coisas estão fora do lugar. Para Almeida (2019, p. 85), a intrínseca relação entre fatores conservacionistas² e religiosos desencadearam os protestos de rua de junho de 2013, polarizados nas eleições de 2014 e aprofundada com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, cujo desdobramento mais recente foi a eleição de um político de extrema direita, em 2018. Essa não é isoladamente uma tendência brasileira, mas se insere num cenário social e político mundial, em especial com a aparente expansão pós-eleição de Donald Trump (2016) a situação parece ter se agravado, verificando-se em alguns momentos uma retomada de características dos sistemas autoritários (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

2 De acordo com o autor, o conservacionismo é um conceito associado a processos e contextos históricos específicos, mas o termo que se tornou comum nos debates públicos brasileiro e mundial contemporâneos, por vezes, é identificado de modo excessivo e impreciso com fascistas, se na política, ou com fundamentalistas, quando na religião. (ALMEIDA, 2019, p. 85)

Depois de três décadas do fim do regime militar no Brasil, manifestações pedindo a volta do regime e de uma intervenção militar, começaram a ocupar as ruas e as redes sociais. Somando-se a isso, em meio à pandemia da COVID-19 que o mundo está vivenciando, muitos brasileiros, endossados pelas falas presidenciais que minimizam as consequências desse novo coronavírus, além de pedirem pelo fim do isolamento social, não cumprem as medidas adotadas pelos estados e municípios contra o avanço da doença. O cenário político, que, desde as eleições de 2014, deflagrou uma polarização política, está em crise, demonstrando fragilidade das instituições democráticas e da capacidade de amenizar as desigualdades sociais e econômicas. (MORAIS; MILANEZI, 2020, p. 42).

Os atuais acontecimentos políticos e sociais que ultrapassam esse recorte também têm colocado em xeque a democracia representativa no Brasil e, sobretudo, o processo eleitoral brasileiro. Dentre outras discussões, destaca-se o “voto impresso” que ganhou mídia recentemente em razão da “PEC 135/2019” ou “PEC do Voto Impresso”, redigida pela deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), que questiona a segurança das urnas (BRASIL, 2021), rejeitada e arquivada pelo plenário da Câmara dos Deputados recentemente (RODRIGUES; BARCELLOS, 2021).

Situações como esta remetem à premissa de uma crise democrática, que redireciona à deteriorada confiança na capacidade das instituições políticas existentes, onde “alguns caçadores de votos, apresentando-se como outsiders intocados pela podridão e pela paralisia ‘que aí estão’, conseguem capitalizar a frustração do eleitorado e captar a simpatia de alguns de seus membros [...]” (BAUMAN, 2016).

Há uma certa “desilusão” ou “perda de confiança” nas instâncias políticas democraticamente eleitas (BARROSO, 2018, p. 45-46). E “[...] é crescente a preocupação com o ‘déficit democrático’ ou com a ‘perda de vitalidade da democracia’” (GAVENTA, 2004, p. 7).

Para além de um “déficit democrático”, Prestes (2019) afirma que o atual regime brasileiro a partir do que a autora define como “golpe jurídico parlamentar de 2016” (PRESTES, 2019, p. 108), trata-se de um dos regimes autoritários da História do Brasil republicano nos séculos

XX-XXI, antecedido pela ditadura militar (1964-1985) e Estado Novo (1937-1945).

O Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, eleito nas eleições presidenciais do Brasil em 2018, tem se mostrado desde então um grande porta voz de discursos para além de antidemocráticos, mas que atacam diretamente a democracia brasileira, com retórica de extrema-direita. Esse comportamento tem sido denominado no debate público nacional e internacional como uma *onda conservadora* (ALMEIDA, 2019, p. 85).

Diante disso, justificada a realização do presente estudo, a fim de verificar se no discurso do representante eleito, existem elementos de regimes políticos autoritários. Segue abaixo a transcrição do discurso para, posteriormente, serem apresentados os delineamos da pesquisa e as suas conclusões.

É muito bom estar entre amigos, pastor Firmino. Melhor ainda quando esses amigos tem Deus no coração, porque é sinal que passamos a ser irmãos. Em nome de Cristo a minha saudação a todos os senhores e às senhoras. Como disse agora, a responsabilidade é muito grande, mas nós vamos dividi-las com as pessoas de bem. Eu me lembro antes das eleições, compareci numa grande rede de televisão, e lá, em dado momento, aguçando a curiosidade de algumas pessoas, eles perguntavam o que que estava escrito nas minhas mãos e eu mostrei. As palavras em desuso por aquela emissora: Deus, família, Brasil. Meus oficiais gerais da ativa que aqui estão, ficamos “arrepiado” com a entrada nesse recinto da nossa bandeira nacional. Meus amigos parlamentares, nós temos a obrigação, pelo poder que temos, juntos, de fazer um Brasil melhor pra todos e colocá-lo no lugar de destaque que ele merece. Obrigado por vocês, bem representantes de povo nas suas respectivas casas legislativas. Nós não podemos falar em um Brasil grande sem uma família forte. Há pouco, numa outra igreja evangélica, eu fiz um paralelo de algo que estava sendo votado no Supremo Tribunal Federal e, com todo o respeito ao Supremo Tribunal Federal, porque o assunto era tipificar homofobia como se racismo fosse e naquele templo, naquela igreja eu perguntei aos irmãos: será que não está na hora de termos um evangélico no Supremo Tribunal Federal? A reação foi a mesma. O Estado é laico,

mas eu, nós todos, somos cristãos. Respeitamos a maioria, respeitamos a minoria, mas o Brasil é um país cristão. Sou casado com uma evangélica, tenho uma filha de oito anos de idade, o meu grande sonho é deixar um Brasil melhor para ela. O meu sonho é fazer com que nossos filhos e filhas sejam melhor que nós, pais e mães. Há pouco nós víamos o que estava acontecendo no Brasil. Em dois mil e quatorze, sozinho obviamente, com Deus acima de tudo, eu perguntei a mim mesmo: o que eu posso fazer pra mudar o Brasil, se nada tinha naquele momento? E resolvi andar sozinho num primeiro momento, pelo Brasil. Vivi, senti qual é a sede do povo. Acreditem: em primeiro lugar, a verdade. E daí nós fomos no livro de João, oito trinta e dois, reconheceis a verdade e a verdade vos libertará. Fui questionado por grandes repórteres se eu queria ou não ganhar as eleições, porque eles duvidavam que sem mentira nós poderíamos chegar lá. Provamos o contrário, com um incidente no meio do caminho e desde aquele momento a nossa vida muda. Devo a Deus a minha vida. Devo a ele, pelas mãos de muitos de vocês, a posição que ora ocupo no cenário nacional, como chefe maior do Poder Executivo. Como temos nosso governador aqui, Barbalho. O nosso prefeito, Venaldo. Em Brasília, eu procuro fazer o melhor para todos, não tenho ambições, tenho responsabilidade. Reconheço as minhas deficiências, mas todos vocês sabem aqui, Deus capacita os escolhidos. Obrigado pelas orações, primeiro Deus e depois elas me salvaram. E se tudo isso aconteceu, testemunhas de políticos experientes, ninguém acreditava, porque tínhamos um partido pequeno, sem televisão, sem recursos, com grande parte da mídia contra a gente, mas o improvável para os cientistas políticos aconteceu. E hoje, me desculpem os que me antecederam, mas pela primeira vez na história do Brasil, nós temos um presidente da república que procura cumprir aquilo que prometeu por ocasião das eleições. Respeitamos os demais poderes, somos independentes e harmônicos entre si. Tive a oportunidade de escolher o melhor time de ministros possível, elogiados até pela oposição e eles estão lá para servir a todos, para atender a todos os políticos e buscar acima de tudo o bem maior, que é a nossa felicidade. Um deles, o juiz Sérgio Moro, que abriu mão de vinte e dois anos de

magistratura, para poder assumir o Ministério da Justiça. Acusações pairaram sobre ele por invasão criminosa do celular de um de seus companheiros. A imprensa queria uma palavra minha e acredito que gestos valem muito mais do que palavras. Tivemos a pouco o dia dos namorados. Não comprei presente pra senhora Michele, dei-lhe um beijo. Ela se apaixonou mais por mim ainda e eu por ela. Para o Sérgio Moro, que que eu fiz? Fui ao lado dele, na cerimônia da Batalha de Riachuelo, no distrito naval, lá de Brasília. E no dia seguinte, dia de ontem, fui com ele no estádio mané garrincha, assistir o jogo do flamengo. São gestos, dizem mais que palavras. Você olha nos olhos de outra pessoa e sente que aquela pessoa quer o bem e acredita em você, isso não tem preço. Meus irmãos, não é fácil a vida de qualquer político que visa o bem do próximo, imaginem a vida do Presidente da República. Mas eu estou em paz. Porque pessoas maravilhosas estão ao meu lado e me apoiam vinte e quatro horas por dia com palavras e com gestos. E aqui eu deixei pra falar por último, uma pessoa maravilhosa, o nosso pastor Samuel Câmara. (BOLSONARO, 2019).

Ante a transcrição do discurso e tendo em vista o conhecimento prévio sobre a temática, foram criadas três categorias e para cada uma delas três subcategorias:

TABELA 1. Categorias e Subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. Fascismo	1.1 Nacionalismo
	1.2 Uso da religião como forma de manipulação
	1.3 Obsessão com a segurança nacional
2. Nazismo	2.1 Preservação dos valores ideológicos tradicionais do país
	2.2 Deslegitimação das pautas das minorias
	2.3 Apego à uma noção única de família
3. Ditadura	3.1 Militarismo
	3.2 Censura
	3.3 Centralização do poder

As grandes categorias referem-se a sistemas de governo autoritários da Europa (Nazismo e Facismo) e do Brasil (Ditadura). De acordo com a definição da Enciclopédia Larousse Cultural o “Nazismo” trata-se de uma doutrina que exacerbou as tendências nacionalistas e racistas e que foi a ideologia política de Hitler na Alemanha (1933-1945) (LAROUSSE, 2021). O “Fascismo” é um regime de origem italiana, estabelecido na Itália de 1922 a 1945, instituído por Mussolini e baseado na ditadura unipartidária, exaltação nacionalista e corporativismo. Doutrina ou tendência para instalar um regime autoritário que lembra o fascismo italiano (LAROUSSE, 2021). A “Ditadura”, por sua vez, consiste um regime político em que o poder é detido por uma pessoa ou por um grupo de pessoas (junta) que o exerce sem controle, de forma autoritária; período durante o qual o poder de um ditador é exercido (LAROUSSE, 2021).

A primeira categoria, denominada “Fascismo” está relacionada ao sistema italiano de Mussolini que tinha como base um chefe carismático e o corporativismo. Com debilidade filosófica de sua ideologia, reflete uma noção hegeliana tardia do “Estado ético absoluto” (ECO, 2018). O regime fascista possui diversas características, que serão extensivamente explicadas com relação à justificação das subcategorias. O Ur-Fascimo é oriundo da frustração individual ou social.

Isso explica porque uma das características típicas dos fascismos históricos tem sido o apelo às classes médias frustradas, desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos. Em nosso tempo, os velhos “proletários” estão se transformando em pequena burguesia (e o limpesinato se autoexclui da cena política), o fascismo encontrará nessa nova maioria o seu auditório (ECO, 2018, p. 262).

O fascismo encontra-se “[...] associado essencialmente ao domínio do capital financeiro, o que não significa que exista um atrelamento automático de um regime fascista a todo sistema de dominação do capital financeiro” (PRESTES, 2019, p. 109). Cabe ao fascismo “assegurar no sentido político o êxito da ofensiva do capital, da exploração e do saque das massas populares pela minoria capitalista e garantir a unidade da dominação dessa minoria sobre a maioria popular”. (DIMITROV, 2001).

Pode-se dizer que o fascismo possui diversas características, sendo elas: o culto da tradição ou ao tradicionalismo, com uma dimensão religiosa que implica a recusa da modernidade, sendo também estas características do nazismo; a prática de uma ação sem qualquer reflexão, ou seja, a prática da ação pela ação; a não aceitação de críticas, pois enquanto a ciência percebe o desacordo como instrumento de avanço, para o fascismo o desacordo é a tradição; e, sendo a crítica um sinal de diversidade, o fascismo tem medo da diferença; baseia-se em um “populismo qualitativo”, ou seja, os indivíduos enquanto indivíduos não tem direitos e a expressão de “povo” é concebida como uma qualidade do ponto de vista qualitativo (as decisões da maioria são acatadas) como “a vontade comum”.

No fascismo ocorre a transferência da vontade de poder para as questões sexuais, a intolerância de hábitos sexuais não conformista, o machismo; cada um é educado para tornar-se um herói, o heroísmo é a regra; o elitismo é também um aspecto dessa ideologia, o desprezo pelos fracos, que têm necessidade e merecem um dominador (ECO, 2018); “para o Ur-Fascista, não há luta pela vida, mas antes ‘vida pela luta’. Logo, *o pacifismo é conluio com o inimigo*; o pacifismo é mau porque *a vida é uma guerra permanente.*” (ECO, 2018).

Os adeptos do fascismo devem sentir-milhados pela força ostensiva e pela força do inimigo, cabendo, a alguns, a privação de qualquer identidade social (ECO, 2018). Dessas características extraíram-se três subcategorias: Uso da religião como forma de manipulação; Deslegitimação das pautas das minorias; Apego à uma noção única de família.

A segunda categoria, nomeada “Nazismo” também está relacionada a um sistema de governo, sobretudo aquele ocorrido na Alemanha durante o holocausto. O nazismo é considerado uma doutrina alemã de extrema direita, com características particulares: “caracterizado pelo preconceito excessivo e pela ênfase à superioridade da raça ariana, fundado e liderado por Adolf Hitler (1889-1945); hitlerismo, nacional-socialismo.” (MICHAELIS, 2019).

Tendo em vista as características do regime nazista foram criadas as subcategorias seguintes: “Preservação dos valores ideológicos tradicionais do país”; “Deslegitimação das pautas das minorias”; e “Apego à uma noção única de família”. Nos governos nazistas tem-se o controle

sobre as pessoas, visando a preservação dos valores ideológicos tradicionais, tais como: a manutenção dos padrões de família tradicional com o repúdio ao diferente. Há também uma tentativa de se enfraquecer as pautas das minorias tais como: mulheres, negros, LGBTQIA+. Trata-se de um sistema caracterizado pelo preconceito excessivo, daí justificada a criação das categorias com base nas temáticas específicas.

A terceira categoria, denominada “Ditadura” pode ser definida como:

1 Governo autoritário, unipessoal ou colegiado, caracterizado pela tomada do poder político, com o apoio das Forças Armadas, em desrespeito às leis em vigor, com a consequente subordinação dos órgãos legislativos e judiciários, a suspensão das eleições e do estado de direito, com medidas controladoras da liberdade individual, repressão da livre expressão, censura da imprensa e ausência de regras transparentes em relação ao processo de sucessão governamental.

2 POR EXT Sistema de governo que, de forma geral, não respeita as liberdades individuais.

3 Governo ou autoridade do ditador; autoritarismo, tirania, despotismo.

4 Nos modernos governos representativos, o exercício temporário e anormal do poder político, impessoal ou colegiado, com atribuições prefixadas, destinado a sanar um mal público ou proteger suas instituições quando elas se encontram ameaçadas por um perigo externo ou interno.

(MICHAELIS, 2019)

A fim de ilustrar essa categoria enquanto sistema de governo, cita-se como exemplo o Golpe Militar de 1964. A Ditadura Militar sob a ótica dos acontecimentos históricos brasileiros, foi processo histórico-social. O autoritarismo é situação característica da ditadura, que também tem como características principais a censura e a centralização do poder. O militarismo, por sua vez, pode ser ou não uma característica atrelada à ditadura, tendo este ocorrido na experiência brasileira de 1964. Diante disso, a partir da categoria ditadura, foram criadas as subcategorias de militarismo, censura e a centralização do poder, considerando as suas características.

Para a realização da análise metodológica adotada (análise de discurso), os elementos principais do discurso do Presidente Jair Bolsonaro foram divididos, de acordo com as frases de sua fala, culminando em 40 (*quarenta*) frases analisadas. Segue abaixo a alocação das frases em suas respectivas categorias e subcategorias:

TABELA 2. Categorização

CLASSIFICAÇÃO NAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS	
1.2	É muito bom estar entre amigos, pastor Firmino.
1.2	Melhor ainda quando esses amigos tem Deus no coração, porque é sinal que passamos a ser irmãos.
1.2	Em nome de Cristo a minha saudação a todos os senhores e às senhoras.
1.3	Como disse agora, a responsabilidade é muito grande, mas nós vamos dividi-las com as pessoas de bem.
1.2	Eu me lembro antes das eleições, compareci numa grande rede de televisão, e lá, em dado momento, aguçando a curiosidade de algumas pessoas, eles perguntavam o que que estava escrito nas minhas mãos e eu mostrei.
1.1	As palavras em desuso por aquela emissora: Deus, família, Brasil
3.1	Meus oficiais gerais da ativa que aqui estão, ficamos “arrepiaado” com a entrada nesse recinto da nossa bandeira nacional.
3.3	Meus amigos parlamentares, nós temos a obrigação, pelo poder que temos, juntos, de fazer um Brasil melhor pra todos e colocá-lo no lugar de destaque que ele merece.
3.3	Obrigado por vocês, bem representantes de povo nas suas respectivas casas legislativas.
2.3	Nós não podemos falar em um Brasil grande sem uma família forte.
2.2	Há pouco, numa outra igreja evangélica, eu fiz um paralelo de algo que estava sendo votado no Supremo Tribunal Federal e, com todo o respeito ao Supremo Tribunal Federal, porque o assunto era tipificar homofobia como se racismo fosse e naquele templo, naquela igreja eu perguntei aos irmãos: será que não está na hora de termos um evangélico no Supremo Tribunal Federal? A reação foi a mesma
1.2	O Estado é laico, mas eu, nós todos, somos cristãos.
1.2	Respeitamos a maioria, respeitamos a minoria, mas o Brasil é um país cristão.
2.3	Sou casado com uma evangélica, tenho uma filha de oito anos de idade, o meu grande sonho é deixar um Brasil melhor para ela.

2.3	O meu sonho é fazer com que nossos filhos e filhas sejam melhor que nós, pais e mães.
3.2	Há pouco nós víamos o que estava acontecendo no Brasil.
1.2	Em dois mil e quatorze, sozinho obviamente, com Deus acima de tudo, eu perguntei a mim mesmo: o que eu posso fazer pra mudar o Brasil, se nada tinha naquele momento?
1.1	E resolvi andar sozinho num primeiro momento, pelo Brasil. Vivi, senti qual é a sede do povo.
1.3	Acreditem: em primeiro lugar, a verdade.
1.2	E daí nós fomos no livro de João, oito trinta e dois, reconhecéis a verdade e a verdade vos libertará.
1.3	Fui questionado por grandes repórteres se eu queria ou não ganhar as eleições, porque eles duvidavam que sem mentira nós poderíamos chegar lá.
1.3	Provamos o contrário, com um incidente no meio do caminho e desde aquele momento a nossa vida muda.
1.2	Devo a Deus a minha vida.
1.2	Devo a ele, pelas mãos de muitos de vocês, a posição que ora ocupo que ora ocupo no cenário nacional, como chefe maior do Poder Executivo.
3.3	Como temos nosso governador aqui, Barbalho, o nosso prefeito, Venaldo, em Brasília, eu procuro fazer o melhor para todos, não tenho ambições, tenho responsabilidade.
1.2	Reconheço as minhas deficiências, mas todos vocês sabem aqui, Deus capacita os escolhidos.
1.2	Obrigado pelas orações, primeiro Deus e depois elas me salvaram.
1.2	E se tudo isso aconteceu, testemunhas de políticos experientes, ninguém acreditava, porque tínhamos um partido pequeno, sem televisão, sem recursos, com grande parte da mídia contra a gente, mas o improvável para os cientistas políticos aconteceu.
2.1	E hoje, me desculpem os que me antecederam, mas pela primeira vez na história do Brasil, nós temos um presidente da república que procura cumprir aquilo que prometeu por ocasião das eleições.
1.1	Respeitamos os demais poderes, somos independentes e harmônicos entre si.
3.3	Tive a oportunidade de escolher o melhor time de ministros possível, elogiados até pela oposição e eles estão lá para servir a todos, para atender a todos os políticos e buscar acima de tudo o bem maior, que é a nossa felicidade.
3.3	Um deles, o juiz Sérgio Moro, que abriu mão de vinte e dois anos de magistratura, para poder assumir o Ministério da Justiça.

3.3	Acusações pairaram sobre ele por invasão criminosa do celular de um de seus companheiros. A imprensa queria uma palavra minha e acredito que gestos valem muito mais do que palavras
2.3	Tivemos a pouco o dia dos namorados. Não comprei presente pra senhora Michele, dei-lhe um beijo. Ela se apaixonou mais por mim ainda e eu por ela.
3.3	Para o Sérgio Moro, que que eu fiz? Fui ao lado dele, na cerimônia da Batalha de Riachuelo, no distrito naval, lá de Brasília. E no dia seguinte, dia de ontem, fui com ele no estádio mané garrincha, assistir o jogo do flamengo.
3.3	São gestos, dizem mais que palavras. Você olha nos olhos de outra pessoa e sente que aquela pessoa quer o bem e acredita em você, isso não tem preço.
2.1	Meus irmãos, não é fácil a vida de qualquer político que visa o bem do próximo, imaginem a vida do Presidente da República.
2.1	Mas eu estou em paz.
2.3	Porque pessoas maravilhosas estão ao meu lado e me apoiam vinte e quatro horas por dia com palavras e com gestos.
1.2	E aqui eu deixei pra falar por último, uma pessoa maravilhosa, o nosso pastor Samuel Câmara.

Das 40 (quarenta) frases analisadas, 21 (vinte e uma) foram categorizadas na categoria “Fascismo”; 9 (nove) na categoria “Nazismo”; e 10 (dez) na categoria Ditadura. Quanto às subcategorias, relacionadas à primeira categoria: nota-se que 3 (três) frases foram categorizadas em “Nacionalismo”; 14 (quatorze) em “uso da religião como forma de manipulação”; 4 (quatro) em “Obsessão com a segurança nacional”. Quanto às relacionadas à segunda categoria: 3 (três) em “Preservação dos valores ideológicos tradicionais do país”; 1 (uma) em “Deslegitimação das pautas das minorias”; e 5 (cinco) em “Apego à uma noção única de família”. Quanto às relacionadas à terceira categoria: 1 (uma) em “Militarismo”; 1 (uma) em “Censura”; e 8 (oito) em “Centralização do poder”. Para melhor ilustrar esses resultados da pesquisa, seguem abaixo as tabelas, a fim de demonstrar a porção de cada uma das categorias e subcategorias:

GRÁFICO 1. Resultado Categorias

CATEGORIAS

■ Fascismo ■ Nazismo ■ Ditadura

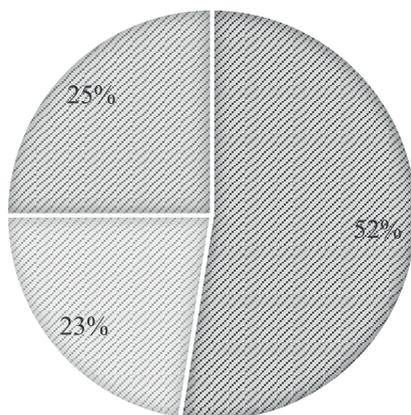
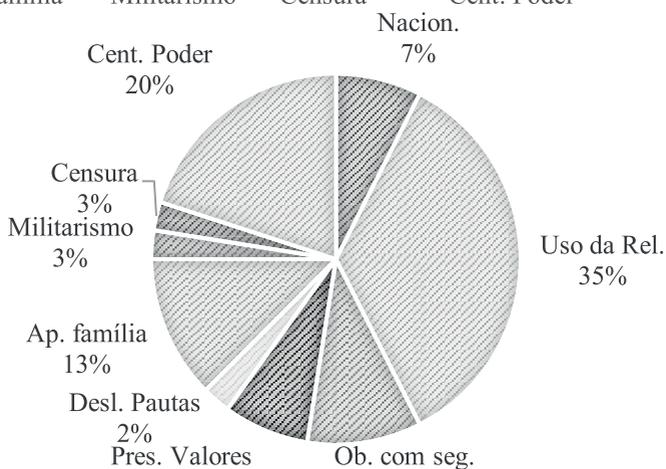


GRÁFICO 2. Resultados Subcategorias

SUBCATEGORIAS

■ Nacion. ■ Uso da Rel. ■ Ob. com seg. ■ Pres. Valores ■ Desl. Pautas
■ Ap. família ■ Militarismo ■ Censura ■ Cent. Poder



Com base na coleta e análise dos dados é possível verificar a existência de elementos de regimes autoritários no discurso do Presidente Jair Bolsonaro, sendo estes, em sua maioria relacionados ao fascismo dentro da grande categoria e orientados, principalmente por um viés religioso, de modo a não se separar a figura do Estado e da religião, conforme se verifica a maior proporção dentro da subcategoria de “Uso da religião como forma de manipulação”.

Diante dessas conclusões passa-se a realizar um cruzamento dos dados com os estudos de Levitsky e Ziblatt (2018) e Schwarcz (2019) sobre o tema do autoritarismo. Levitsky e Ziblatt (2018) apresentam os principais indicadores de comportamento autoritário: “1. Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); 2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos; 3. Tolerância ou encorajamento à violência; e 4. Propensão a restringir as liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia”.

Como características do primeiro indicador, os autores apontam a rejeição da Constituição ou sugerem a sua violação por meio de medidas antidemocráticas, endossando meios para mudança de governo, como “[...] golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa, destinados a forçar mudanças de governo [...]”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 35-36) Com relação ao segundo indicador, apresenta-se a descrição de rivais partidários como criminosos, cuja suposta violação da lei desqualificaria sua participação plena na arena política ou que secretamente estejam trabalhando com alianças de um governo estrangeiro. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Quanto ao terceiro e quatro indicadores, destacam-se os laços com milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita, elogios ou recusa em condenar atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo, apoio à leis que restrinjam liberdades civis ou críticas ao governo e certas organizações cívicas, bem como elogios à medidas repressivas tomadas por outros governos no passado ou no mundo. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Pelo que os autores chamaram de “os quatro principais indicadores de comportamento autoritário” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 35-36) é possível comprovar os resultados provenientes da análise de discurso

realizada com essa pesquisa: indícios quanto à existência de elementos autoritários no discurso do atual Presidente da República Jair Bolsonaro. Destaca-se, sobretudo, o terceiro e quarto pontos. A “obsessão com a segurança nacional” denota-se na urgência de combate a um inimigo e, com isso, os chamados “pânicos morais” são temáticas que necessitam de uma resposta urgente, uma resposta autoritária, que justifica determinadas atuações à aproximação de discursos de elementos autoritários.

Em paralelo com as teorias democráticas modernas, Levitsky e Ziblatt (2018) afirmam ser assim que democracias morrem agora. “A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo.³ Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros.” Com relação aos elementos que se sobressaíram na análise de discurso realizada, ressalta-se, nesse mesmo sentido, o pensamento de Eco (2018, p. 341) ao alertar que “O Ur-fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dado para cada uma das suas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo.”

Schwarcz (2019), por outro lado, buscando compreender a atual crise institucional e política, ao contrário de Eco (2018), considera que as tendências autoritárias do século XXI são diferentes, por exemplo, dos nazismos e fascismos presentes no século XX. Para a autora, somente é possível pensar e modificar o cenário atual quando se compreender as próprias raízes históricas do autoritarismo (SCHWARCZ, 2019).

Ao analisar o autoritarismo brasileiro Schwarcz (2019) elenca oito questões historicamente problemáticas no Brasil que não estão articuladas às demandas dos novos governos com tendências autoritárias, destacando o governo brasileiro, são elas: escravidão e racismo; mandonismo; patrimonialismo; corrupção; desigualdade social; violência; raça e gênero; e intolerância. Para a autora, Governos de tendências autoritárias costumam criar a sua própria história, sem considerar (ou desconsiderando) fatos e dados históricos.

Schwarcz (2019) apresenta e aposta como resposta à retomada do regime republicano a educação pública como resposta ao *déficit* democrático. Não obstante, essa proposição em um cenário que envolve políticas de austeridade, dentre as quais se destaca a “Emenda do Teto de Gastos

Públicos” (Emenda Constitucional 95/2016) que instituiu um novo regime fiscal e determinou “aplicações mínimas em [...] desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 2016) no país nos próximos vinte anos, parece distanciar este ideal.

Provavelmente é mais apropriado o diálogo com Eco (2018) que possam ser identificadas tendências autoritárias e desmascarados os governos que possuam tais tendências revestidas do exercício da democracia. A negação das diferenças por parte de um governo com elementos fascistas fragiliza o Estado Democrático de Direito. O discurso da intolerância fragiliza Estado Democrático de Direito. Mas “[...] nenhum líder político isoladamente pode acabar com a democracia; nenhum líder sozinho pode resgatar uma democracia, tampouco. A democracia é um empreendimento compartilhado. Seu destino depende de todos nós” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 253).

O estudo de Ciocari e Persichetti (2018), apesar de promover uma abordagem sob outra perspectiva³ demonstra que já em seu discurso de candidatura em janeiro de 2017, em Belém (PA), Bolsonaro defendeu a intervenção militar e dentre outros pontos de seu discurso destaca-se a defesa ao porte de arma. “Aliado ao discurso defensor das armas, Jair Bolsonaro destaca-se por um discurso do ódio latente.” (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018, p. 206). A defesa do armamento da população recebeu apoio do cantor Gustavo Lima, por exemplo, endossando o discurso das armas. Os autores ainda destacam outros episódios em que as ações autoritárias do Presidente foram endossadas pela mídia em prol da espetacularização e sensacionalismo de Programas como Cidade Alerta (Rede Record) e Brasil Urgente (Rede Bandeirantes), como uma estratégia de dialogar amplamente com estereótipos e imaginários cotidianos (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018), o que cultivou inúmeros apoiadores.

Portanto, verifica-se no discurso objeto de análise há tendências autoritárias. Para além disso, este discurso se perpetua a partir do momento em que ele é endossado, especialmente por pessoas públicas. Tem-se, pois, a colaboração deste estudo como instrumento para a identificação de elementos autoritários.

3 O estudo aborda a espetacularização política por meio da mídia.

Os elementos que decorrem do discurso de Bolsonaro remetem a sistemas autoritários e mediante as teorias com as quais se realizou o cruzamento de dados, é possível concluir pela importância de identificação desses elementos, porque a negação não se apresenta como o mecanismo mais adequado para discussões e enfrentamento de questões como a que foi investigada na pesquisa.

CONCLUSÃO

O estudo teve como objeto a análise de um discurso político, especificamente do Presidente da República, proferido em um cenário religioso (igreja evangélica). Para a realização do trabalho também foram analisados elementos políticos e sociais atuais, relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, que foi realizada metodologicamente tendo como baliza a teoria de análise de discurso. Delimitou-se o campo de inserção da pesquisa, criou-se categorias e subcategorias e a classificação das frases, conforme demonstrado nas Tabelas 1 e 2, bem como foi realizada a análise de cruzamento de dados com os elementos de sistemas de governo autoritários e estudos atuais sobre democracia, ou também chamada de crise da democracia.

Foi possível identificar que ao longo da história a democracia passou por diversas condições, favoráveis e desfavoráveis; por diversos lugares e momentos, sendo que em alguns deles ficou esquecida. Todavia, o atual governo democrático, ainda encontra muitos desafios. Buscou-se analisar se o discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro possuía elementos de sistemas autoritários, mediante a desconstrução do mesmo em frases e colocação em categorias específicas.

Dessa análise resultou a conclusão de que das 40 (quarenta) frases, 21 (vinte e uma) foram categorizadas na categoria “Fascismo”; 9 (nove) na categoria “Nazismo”; e 10 (dez) frases na categoria Ditadura. Quanto às subcategorias, relacionadas à primeira categoria: nota-se que 3 (três) frases foram categorizadas em “Nacionalismo”; 14 (quatorze) em “uso da religião como forma de manipulação”; 4 (quatro) em “Obsessão com a segurança nacional”. Quanto às relacionadas à segunda categoria: 3 (três) em “Preservação dos valores ideológicos tradicionais do país”; 1 (uma)

em “Deslegitimação das pautas das minorias”; e 5 (cinco) em “Apego à uma noção única de família”. Quanto às relacionadas à terceira categoria: 1 (uma) em “Militarismo”; 1 (uma) em “Censura”; e 8 (oito) em “Centralização do poder”. Para melhor ilustrar esses resultados da pesquisa. A proporção desses dados restou evidenciada nos Gráficos 1 e 2.

Conclui-se pela existência de elementos de regimes autoritários no discurso do Presidente Jair Bolsonaro, sendo estes, em sua maioria relacionados ao fascismo dentro da grande categoria e orientados, principalmente por um viés religioso, de modo a não se separar a figura do Estado e da religião, conforme se verifica a maior proporção dentro da subcategoria de “Uso da religião como forma de manipulação”.

Com base nas teorias de Levitsky e Ziblatt e Eco foi possível confirmar que o discurso do então presidente possui elementos autoritários, cuja identificação se faz imprescindível para proposição do debate e enfrentamento acerca do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos**. v. 38. n. 1. p. 185-213. CEBRAP: São Paulo. jan.– abr. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?stop=next&lang=pt&format=html>>. Acesso em 5 ago. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, L. R. **A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BAUMAN, Z.; MAURO, E. **Babel**: Entre a incerteza e a esperança. Tradução Renato Aguiar. Zahar, 2017.

BOBBIO, N. **O futuro da Democracia**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOLSONARO, J. M. **PRESIDENTE BOLSONARO - DEUS, FAMÍLIA, BRASIL!** Presidente Jair Bolsonaro faz discurso emocionante no evento em Comemoração dos 108 anos da Assembleia de Deus no Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5kRFIY-TKtfs>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 13 de setembro de 2019**. Acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 16 jul. 2021.

CIOCCARI, D.; PERSICETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**. v. 18. n. 2, p. 201-214. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688>>. Acesso em 16 jun. 2021.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DEMOCRACIA. In: **Larousse Dictionnaire.** Larousse: França, 2021. Disponível em: <<https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/d%C3%A9mocratie/41420>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DIMITROV, J. **La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional en la lucha por la unidad de la clase obrera contra el fascismo.** Obras Completas, Editorial del PCB, 1954. Marxists Internet Archive: 2001. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/dimitrov/1935.htm>>. Acesso em 15 nov. 2021.

DITADURA. In: **Dicionário brasileiro da língua portuguesa.** Brasil, 2019. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ditadura/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

DWORKIN, R. **Liberalismo, Constitución y Democracia.** Buenos Aires: La isla de la Luna, 2003.

ECO, H. **O fascismo eterno.** Tradução de Eliana Aguiar. Editora Record: Rio de Janeiro e São Paulo, 2018.

FASCISMO. In: **Larousse Dictionnaire.** Larousse: França, 2021. Disponível em: <<https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/fascisme/51294>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GAVENTA, J. Prefácio. In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (Orgs.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

LEVITSKI, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAINWARING, S. et al. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados**, v. 44, n. 4. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/y74Qn63SLFh4FGkfsvZytHg/?lang=pt>>. Acesso em 15 nov. 2021.

MORAIS, J. A.; MILANEZI, F. S. Democracia convivendo com o apoio a regimes autoritários: a cultura política dos jovens porto-alegrenses. **Conexão Política**, Teresina v. 9, n. 2, 41 – 58, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223947/001128578.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NAVARRO, P.; DÍAZ, C. Análisis de contenido. In: DELGADO, J.M.; GUTIÉRREZ, J. (Coords.) **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1999.

NAZISMO. In: **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Brasil, 2019. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=4bm4x>. Acesso em: 19 jun. 2019.

NAZISMO. In: **Larousse Dictionnaire**. Larousse: França, 2021. Disponível em: <<https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/national-socialisme/72723>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NÓBREGA JR., J. M. P. A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia? Dossiê Democracia, Poderes e Segurança. **Sociologias** (23). Abr. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/brDR-C67xkCffZzPmqTCQzjG/?lang=pt>>. Acesso em 14 nov. 2021.

NUNES, L. A. **A Lei, O Poder e os Regimes Democráticos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas-SP: Pontes, 2003.

PRESTES, A. L. Três regimes autoritários na história do Brasil republicano: o estado novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016). **Rev. Hist. Comp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 108-129, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/ales/Downloads/27537-68995-1-SM.pdf>. Acesso em 15 nov. 2021.

RAEFRAY, A. P. O. **Direito da saúde: de acordo com a Constituição Federal**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

RODRIGUES, L.; BARCELLOS, R. **PEC do voto impresso é rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados**. CNN: Brasília/São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pec-do-voto-impresso-e-rejeitada-em-1-turno-na-camara/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SADER, E. Para outras democracias. In: Santos, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p. 649-675.

SALGADO, E. D. Representação política e o modelo democrático brasileiro. In: Clémerson Merlin Cléve. **Direito Constitucional Brasileiro: Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

SANTOS, B. S. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p. 455-640.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2019.